



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

011/2024-CPL/PMPBA

CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE –SEMSA/PMPBA.

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E CORRELATOS, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Branca do Amapari.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 13.496.401,21 (Treze milhões quatrocentos e noventa e seis mil cento e quatrocentos e um reais e vinte e um centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/12/2024 às 09:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:

Aberto.



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	13
11. DOS RECURSOS.....	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	14
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	16
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17



EDITAL 011/2024-CPL/PMPBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI – AP

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024-CPL/PMPBA

Processo Administrativo nº 0514/2024 – SEMSA/PMPBA

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari – AP, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, sediado(a) RUA RAIMUNDO RODRIGUES DE ALMEIDA, 590, CENTRO, CEP 68945-000, PEDRA BRANCA DO AMAPARI – AP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal 049, de 24 de janeiro de 2024 e Decreto 051 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E CORRELATOS, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Branca do Amapari, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. *A licitação será realizada em item, formado por 239 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema de licitações do Portal de Compras Públicas, <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou



jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2.5. declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



- 4.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.10.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por MENOR PREÇO POR ITEM.
- 4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1.** *Valor unitário e total do item;*
- 5.1.2.** *Marca;*
- 5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para aquisição.



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10 (dez) centavos.



6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. De acordo com o **ACÓRDÃO TCU Nº 948/2024 - PLENÁRIO** Constatou-se que um lance manifestamente inexecutável pode comprometer, restringir ou frustrar a competitividade do processo licitatório. Nesse sentido, o agente de contratação tem a prerrogativa de excluir tal proposta, visando resguardar a Administração de eventuais prejuízos na busca pela proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 21, § 4º, da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022. Sendo assim, o artigo 21, § 4º, da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022 estabelece que o agente de contratação deve verificar a exequibilidade das propostas apresentadas e pode excluir aquelas que sejam manifestamente inexecutáveis, a fim de evitar comprometimento da competitividade e resguardar a Administração. A decisão do TCU reflete a necessidade de garantir que as propostas sejam viáveis e que o processo licitatório seja mantido competitivo e justo, protegendo os interesses públicos.

6.11. O procedimento seguirá com o modo de disputa aberto.

6.12. O modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.3 e 4.4 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema ou e-mail cplsemsapmpba@gmail.com, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.



10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://amapari.ap.gov.br>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:



- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cplsemsapmpba@gmail.com.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, a sede da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari – AP e endereço eletrônico <http://amapari.ap.gov.br>
- 14.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1.** ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar
- 14.11.2.** ANEXO II – Termo de Referência
- 14.11.3.** ANEXO III – Mapa de Riscos
- 14.11.4.** ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato
- 14.11.5.** ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços
- 14.11.6.** ANEXO VI – DECLARAÇÕES

Pedra Branca do Amapari/AP, 05 de dezembro de 2024

Jaqueline Freitas Nunes de Souza
Agente de Contratação/Pregoeiro
Dec. 088/2024



ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0514/2024-SEMSA/PMPBA

UNIDADE REQUISITANTE: CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICA- CAF/SEMSA/PMPBA.

AGENTES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO:

SERVIDOR(A): Claudenir Vieira de Souza

SERVIDOR(A): Rickson Orion Freitas de Souza

ATO DE DESIGNAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS: Portaria nº 012/2024-SEMSA/PMPBA

1. OBJETO

AQUISIÇÃO DE INSUMOS E CORRELATOS, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Branca do Amapari.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 - Considerando o que dispõe o art.196 da constituição federal que assim aduz:

“... a saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação...”

Considerando que a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, no seu art. 6º, I, “d”, expressamente inclui, como direito fundamental do ser humano, a Assistência Farmacêutica, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, onde se inclui, naturalmente, o fornecimento dos insumos e correlatos.

atendida.

A Secretaria Municipal de Saúde do município de Pedra Branca do Amapari, assim como em diversas outras localidades, enfrenta constantes desafios relacionados à falta de insumos e correlatos essenciais para o atendimento adequado à população. Diante disso, a necessidade de contratação do objeto Aquisição de Insumos e Correlatos se torna imprescindível para suprir essa carência e garantir a eficiência dos serviços prestados.

A falta desses materiais pode comprometer a qualidade no atendimento dos pacientes, podendo até mesmo colocar em risco a saúde e a vida de muitas pessoas. Além disso, a ausência desses insumos pode resultar em prejuízos financeiros para a gestão pública, uma vez que a compra emergencial de produtos com preços mais elevados pode impactar negativamente no orçamento destinado à saúde.

Portanto, a contratação do objeto Aquisição de Insumos e Correlatos se justifica pelo interesse público em garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde no município, assegurando o acesso da população a um atendimento adequado e eficaz. A resolução desse problema é essencial para a promoção da saúde e o bem-estar da comunidade de Pedra Branca do Amapari.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atender adequadamente o objeto **AQUISIÇÃO DE INSUMOS E CORRELATOS** para a Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Branca do Amapari, é necessário que a solução contemple os seguintes requisitos:

1. Variedade de insumos: A solução deve incluir uma ampla gama de insumos médicos e correlatos, como medicamentos, materiais cirúrgicos, equipamentos hospitalares, entre outros. Dessa forma, será possível atender todas as demandas da Secretaria de Saúde.



2. Qualidade dos produtos: É essencial que os insumos e correlatos fornecidos atendam aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelos órgãos reguladores, garantindo a eficácia dos tratamentos e a segurança dos pacientes.
 3. Pontualidade na entrega: A solução deve garantir a entrega dos insumos e correlatos dentro dos prazos estipulados, evitando interrupções nos atendimentos e garantindo o pleno funcionamento das unidades de saúde.
 4. Preços competitivos: A solução deve oferecer preços competitivos e vantajosos, garantindo economia para a Secretaria de Saúde e otimizando o uso dos recursos públicos.
 5. Suporte técnico: É importante que a empresa fornecedora ofereça suporte técnico e assistência especializada, garantindo o correto uso e manuseio dos insumos e correlatos adquiridos.
- Com a implementação de uma solução que contemple esses requisitos, a Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Branca do Amapari poderá atender de forma eficiente e segura as demandas relacionadas à aquisição de insumos e correlatos, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado representa um pilar fundamental para qualquer tomada de decisão. Esta análise minuciosa das alternativas disponíveis não só oferece uma visão abrangente das soluções existentes, mas também fornece insights valiosos para embasar escolhas assertivas. No contexto da contratação de serviços ou aquisições de uma forma geral, essa prática se torna ainda mais crucial.

Ao avaliar as diferentes opções no mercado, é possível identificar as soluções disponíveis, bem como suas características técnicas e econômicas. Esse processo permite uma compreensão aprofundada das vantagens, desvantagens, custos associados e potenciais benefícios de cada alternativa.

A justificativa técnica e econômica da escolha da solução a contratar é alicerçada nesse levantamento detalhado. A análise dos documentos anexados a esta seção fortalece a argumentação, oferecendo dados concretos que respaldam a melhor relação custo-benefício.

A transparência e embasamento técnico proporcionados pelo levantamento de mercado não apenas respaldam a decisão final, mas também promovem uma gestão mais eficiente, minimizando riscos e maximizando os resultados. Investir tempo e recursos nessa etapa inicial pode resultar em economias significativas e em soluções mais alinhadas com as necessidades e objetivos da administração.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após uma análise das opções disponíveis, foi possível identificar a solução mais vantajosa tanto para a contratação inicial quanto para futuras manutenções. O processo de avaliação envolveu uma análise criteriosa de diversos aspectos, levando em consideração não apenas o custo inicial, mas também a qualidade, a confiabilidade e a eficiência a longo prazo.

Dentre as opções examinadas, a solução que se destacou foi aquela que oferecia um equilíbrio notável entre qualidade e custo-benefício. Além de apresentar um custo inicial competitivo, essa alternativa demonstrou ser compatível com as necessidades projetadas no caso de uma eventual manutenção futura. Sua capacidade de adaptação a possíveis mudanças também foi um ponto crucial na decisão.

A escolha desta solução não apenas se mostrou vantajosa para o momento da contratação, mas também previu potenciais economias a longo prazo, tanto em termos de despesas operacionais.

Com base na análise detalhada realizada, esta solução se destaca como a mais viável e promissora para atender às demandas atuais e futuras, oferecendo um equilíbrio ideal entre eficiência, confiabilidade e custo, tanto na fase inicial quanto nas manutenções posteriores.

Sendo assim, a solução mais vantajosa para a contratação do objeto será realizada através da modalidade definida pelo setor de licitação, ficando sob a responsabilidade do Setor de Licitação, para a realização do certame.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



A interdependência entre diferentes secretarias é crucial para otimizar recursos e alcançar economias de escala significativas. Ao coordenar contratações conjuntas, há uma oportunidade real de reduzir custos operacionais, beneficiando-se de descontos por volume e negociando melhores termos contratuais. A colaboração entre secretarias não apenas facilita a otimização de recursos financeiros, mas também promove uma utilização mais eficiente de habilidades e conhecimentos especializados. Por exemplo, ao unir esforços na aquisição de suprimentos ou serviços comuns, é possível consolidar demandas e negociar preços mais vantajosos com fornecedores externos. Para reforçar essa estratégia, estão previstos documentos que destacam não apenas o histórico de consumo anterior, mas também projeções cuidadosamente elaboradas sobre o consumo futuro. Esses documentos fortalecerão a argumentação para a interdependência entre secretarias, destacando não só a economia imediata, mas também a eficiência a longo prazo. A união de esforços fortalece a posição de negociação e permite um uso mais inteligente dos recursos disponíveis, maximizando o impacto positivo nas operações de cada secretaria. A interdependência é, portanto, um elemento fundamental para promover uma gestão eficaz e econômica dentro da estrutura governamental.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estimativa preliminar do preço para a futura contratação, baseou-se nas pesquisas de preços realizada no sítio (Banco de preços e fornecedores locais), fundamentada nos termos da lei 14.133/2021, estima-se média de R\$ **13.496.401,21 (Treze milhões quatrocentos e noventa e seis mil cento e quatrocentos e um reais e vinte e um centavos)**, considerando que houve um aumento significativo na demanda.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A legislação que rege as contratações públicas muitas vezes permite à administração pública a liberdade de escolher entre diferentes critérios de adjudicação para os objetos em questão. Esta flexibilidade é essencial para atender às necessidades específicas de cada contratação. Quando se trata de decidir sobre o parcelamento ou não da solução, a administração deve considerar vários elementos.

A opção de parcelamento da solução pode ser determinada levando em conta a complexidade do objeto, a viabilidade técnica e econômica do parcelamento, bem como a capacidade de fornecedores em atender a diferentes partes do objeto.

Decidir entre adjudicação por item, por grupos ou globalmente implica ponderar vantagens e desvantagens de cada abordagem.

Adjudicar por item pode permitir uma seleção mais precisa, considerando particularidades de cada componente. Já o parcelamento por grupos pode otimizar a operacionalização, enquanto a adjudicação global pode simplificar o processo, concentrando a gestão em um único contrato.

A decisão sobre o critério de adjudicação deve primar pela eficiência na execução, garantindo a obtenção do melhor resultado para a administração pública e para o interesse coletivo. É um exercício de análise criteriosa, buscando o equilíbrio entre economia, praticidade e qualidade na entrega do objeto contratado. Além disso, o formato de licitação por item individual ou por lotes permite uma abordagem adaptável, viabilizando a consideração do parcelamento nas contratações governamentais.

Ao adotar o parcelamento por item individual, a administração pública tem a oportunidade de selecionar e adquirir serviços ou produtos de forma separada, possibilitando uma análise mais minuciosa das propostas e aquisição específica de cada componente necessário para o cumprimento de seus objetivos.

Por outro lado, o parcelamento por lotes oferece a chance de agrupar itens ou serviços relacionados, facilitando a gestão e execução de contratos complexos, além de fomentar a participação de uma variedade maior de fornecedores, inclusive pequenas e médias empresas, ampliando a competitividade e a diversidade de ofertas.

Essa flexibilidade na estrutura de licitação, seja por item individual ou por lotes, reflete a capacidade da administração pública de se adaptar às demandas específicas de cada situação, garantindo uma gestão eficiente e transparente dos recursos públicos, ao mesmo tempo em que promove a concorrência e a busca pela melhor relação custo-benefício para a sociedade como um todo.

Para o contexto deste objeto, foi definido formato de licitação por item individual.



9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

A presente contratação não tem correlação ou interdependência com outros processos de contratações da SEMSA/PMPBA.

10. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], haja vista que o município não elaborou o plano para o ano em epígrafe.

Neste contexto, o dimensionamento desta contratação segue a programação anual da secretaria de Saúde, baseada nos indicadores de atendimentos da Central de Abastecimento Farmacêutica- CAF/SEMSA/PMPBA.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Receber o objeto do presente Estudo Técnico preliminar com a melhor qualidade possível, na quantidade correta e dentro do prazo desejado, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, bem como da Central de Abastecimento Farmacêutica- CAF/SEMSA/PMPBA. Garantindo a qualidade na execução das tarefas do serviço público de saúde.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Por se tratar de aquisição que acontece anualmente e por ser material de consumo, não se faz necessária nenhuma adequação.

13. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição de insumos e correlatos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do município de Pedra Branca do Amapari pode gerar impactos ambientais significativos se não forem adotadas medidas mitigadoras adequadas.

Um dos impactos ambientais mais comuns é a geração de resíduos sólidos provenientes da embalagem e descarte inadequado de produtos químicos. Para mitigar esse impacto, é fundamental a adoção de práticas de descarte responsável, como a separação dos resíduos recicláveis e a destinação correta dos resíduos perigosos.

Além disso, a aquisição de insumos e correlatos pode contribuir para o aumento da emissão de gases de efeito estufa, principalmente durante o transporte dos produtos. Para minimizar esse impacto, é importante priorizar fornecedores locais e adotar medidas para a redução das emissões, como a realização de compras em maior escala para otimizar o transporte.

Outro impacto ambiental relevante é o consumo de recursos naturais, como água e energia, durante a produção e uso dos insumos. Para mitigar esse impacto, é fundamental adotar práticas de uso eficiente dos recursos, como a implementação de sistemas de reuso de água e o uso de insumos mais sustentáveis.

Em suma, a aquisição de insumos e correlatos para a Secretaria Municipal de Saúde deve ser acompanhada de medidas mitigadoras para minimizar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade. A conscientização dos servidores e a adoção de práticas sustentáveis são essenciais para garantir que as atividades da Secretaria sejam realizadas de forma responsável do ponto de vista ambiental.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A Justificativa da viabilidade deste ETP verifica-se pela economia no valor da aquisição em função do ganho de escala, na eficiência com a diminuição dos custos administrativos em função da redução da fragmentação de processos licitatórios e efetividade com padronização dos materiais. Além disso, frisa-se que a presente



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

Pedra Branca do Amapari/AP, 08 de novembro de 2024.

Equipe de Planejamento
Claudenir Vieira de Souza
Rickson Orion Freitas de Souza
Portaria 012/2024-SEMSA/PMPBA

Maiara da Fonseca Souza
Coordenadora da Central de Abastecimento Farmacêutica- CAF/SEMSA/PMPBA
Farmacêutica/CRF nº 1006/AP



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO o competente Termo de Referência e
AUTORIZO o procedimento licitatório nos termos da
Lei nº 4.133/21.

Em: ____/____/____

Ana Claudia Pimentel Costa
Secretária Municipal de Pedra Branca do Amapari
Decreto nº 477/2019-PMPBA

1. DO OBJETO:

1.1 A presente licitação tem por objeto o **AQUISIÇÃO DE INSUMOS E CORRELATOS**, para atender as demandas da **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Branca do Amapari**, de acordo com as características mínimas descritas no Anexo, deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTO LEGAL:

2.1 Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 049/2024, Municipal nº 050/2024, Municipal nº 051/2024.

3. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:

3.1 A necessidade de aquisição dos itens elencados neste anexo se deve por se tratar de **AQUISIÇÃO DE INSUMOS E CORRELATOS da atenção básica padronizados na rede SUS de demanda regular e uso contínuo na rede Pública de Saúde municipal**.

3.2 A aquisição de insumos e correlatos para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Branca do Amapari se mostra de extrema importância para garantir o bom funcionamento dos serviços de saúde prestados à população local.

3.3 É sabido que a falta de insumos e correlatos pode comprometer a qualidade e eficiência dos atendimentos oferecidos à comunidade, colocando em risco a saúde e bem-estar dos cidadãos. Por isso, é fundamental que a Secretaria Municipal de Saúde esteja sempre abastecida com os materiais necessários para o atendimento das demandas da população.

3.4 A contratação do objeto em questão é essencial para garantir o abastecimento regular de medicamentos, materiais hospitalares, equipamentos e outros insumos necessários para o funcionamento adequado das unidades de saúde do município. Além disso, a aquisição desses itens é fundamental para o enfrentamento de emergências, como epidemias e pandemias, que requerem uma resposta rápida e eficaz por parte dos serviços de saúde.

3.5 A falta de insumos e correlatos pode impactar diretamente no acesso aos serviços de saúde e na qualidade do atendimento prestado à população, prejudicando a efetividade das políticas públicas de saúde. Portanto, a contratação do objeto em questão é uma medida que visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e garantir o pleno funcionamento dos serviços de saúde no município.

3.6 Dessa forma, a contratação da aquisição de insumos e correlatos para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Branca do Amapari é uma ação fundamental para garantir o direito à saúde da população e atender ao interesse público de forma eficiente e qualificada.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E DE SUAS RESPECTIVAS QUANTIDADES:



4.1 Os itens, descritos de acordo com suas especificações técnicas, e os quantitativos são os constantes do anexo deste Termo de Referência.

5. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

5.1 As propostas deverão ser apresentadas contendo as especificações dos itens ofertados.

5.1.1 A Licitante que apresentar proposta de menor preço **deverá apresentar um prospecto do produto**, a fim de possibilitar a sua identificação e qualificação no ato da avaliação técnica e subsidiar a conferência no ato do recebimento.

5.2. O fornecedor deverá ainda apresentar junto com a proposta:

5.2.1. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);

6. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

6.1 Os itens deverão ser entregues à Comissão devidamente instituída para recebimento dos lotes constantes no anexo deste Termo, na Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Branca do Amapari, situada no endereço Rua Raimundo Rodrigues de Almeida, 590, Centro, CEP 68945-000, em dias úteis, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00.

6.2 Os itens deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

6.3 Quando for o caso, os volumes contendo os medicamentos de controle especial deverão estar identificados externamente com os dados constantes da nota fiscal/fatura e o endereço de entrega.

7. DO PRAZO DE ENTREGA:

7.1 O prazo para entrega dos itens será de 30 (trinta) dias corridos que serão contados a partir do recebimento pela Contratada da Nota de Empenho expedida pela SEMSA, o qual deverá ser retirado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de convocação da empresa.

8. DO PRAZO DE VALIDADE DOS INSUMOS E CORRELATOS:

8.1 O prazo de validade dos itens não poderá ser inferior a 70% (setenta por cento), do período expresso na embalagem original, a contar da data de recebimento definitivo pela Comissão de Recebimentos.

9. DO RECEBIMENTO:

9.1. Os insumos e correlatos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30(trinta) dias, pelo fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

9.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

9.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).



9.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

9.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

9.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única nota fiscal até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. [\(Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021\)](#)

9.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.14. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

9.15. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.16. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.17. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



9.18. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11. DA FISCALIZAÇÃO.

11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput**).

12. DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

12.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (**Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022**).

12.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV**).

13. DO GESTOR DO CONTRATO



13.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. **(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).**

13.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. **(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).**

13.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. **(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).**

13.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. **(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).**

13.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o **art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. **(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).**

13.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. **(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).**

13.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14. DA LIQUIDAÇÃO

14.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do **art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022**.

14.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o **inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021**

14.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



14.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

14.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

14.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018](#)).

14.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

15. PRAZO DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

16. FORMA DE PAGAMENTO.

16.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. CESSÃO DE CRÉDITO.

17.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.



17.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

17.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

17.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

17.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

17.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

18.2. Regime de execução

18.2.1. O regime de execução do contrato pode ser estabelecido como **menor preço por item**.

Exigências de habilitação

18.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

18.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

18.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

18.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

18.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

18.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

18.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

18.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

18.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

18.27. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* e *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.28. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual* e *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual* ou *Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

18.31. Autorização de Funcionamento de Empresa expedida pelo Ministério da Saúde dentro do prazo de validade. No caso de produtos importados, também deverá constar a Autorização de Funcionamento de Empresa da empresa responsável pela importação;



18.32. Documento de comprovação dos registros do PRODUTO ou da dispensa do registro no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia da publicação no D.O.U com o registro vencido, documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo) juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro;

18.33. No caso de dispensa será exigida cópia do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária. Não serão aceitos número de protocolo de processo de solicitação de Registro/Isenção de Registro ou documento provisório para o mesmo fim;

18.34. Certidão de regularidade do Fornecedor junto ao CRF expedido pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado em que se encontra estabelecida.

18.35. Alvará sanitário, expedido pela Vigilância Sanitária do Município ou Estado dentro do prazo de validade;

Qualificação Econômico-Financeira

18.36. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

18.37. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

18.38. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

18.39. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

18.40. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

18.41. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

18.42. As Licitantes deverão comprovar por meio de um ou mais atestado de capacidade técnico fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que possuem atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, conforme art. 67, inc. II, da Lei 14.133/21;

18.43. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação.



19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

19.1. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

19.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

19.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

19.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

19.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

19.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

19.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari – AP.

21. DO TRANSPORTE DOS ITENS:

21.1. São de inteira responsabilidade da Contratada o transporte dos itens até o local designado no Tópico 6.1 deste Termo de Referência.

Pedra Branca do Amapari/AP, 11 de novembro de 2024.

Ana Claudia Pimentel Costa
Secretária Municipal de Saúde - SEMSA
Decreto nº 477/2019-PMPBA

Maiara da Fonseca Souza
Coordenadora da Central de Abastecimento Farmacêutica- CAF/SEMSA/PMPBA
Farmacêutica/CRF nº 1006/AP

Equipe de Planejamento
Claudenir Vieira de Souza
Rickson Orion Freitas de Souza
Portaria 012/2024-SEMSA/PMPBA



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ANEXO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	ABAIXADOR DE LÍNGUA DE MADEIRA, PACOTE C/ 100 UNIDADES	PACOTE	5.000
02	ABAIXADOR DE LINGUA COLORIDO COM AROMA E SABOR MODELO ANIMAL, PACOTE	PACOTE	500
03	ÁGUA DESTILADA, GALÃO 5L (ÁGUA P/AUTOCLAVE)	GALÃO	3.000
04	ÁGUA OXIGENADA 10%, FRASCO 1L.	FRASCO	1.500
05	ÁGUA PARA INJEÇÃO, AMPOLA 10ML	AMPOLA	15.000
06	ÁGUA PARA INJEÇÃO, FRASCO 500ML	FRASCO	3.000
07	AGULHA HIPODÉRMICA 13X0.45, ESTÉRIL, COM PAREDE NORMAL, BISEL TRIFACETADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA, CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	10.000
08	AGULHA HIPODÉRMICA 20X0.55, ESTÉRIL, COM PAREDE NORMAL, BISEL TRIFACETADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA, CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	10.000
09	AGULHA HIPODÉRMICA 25X0.6, ESTÉRIL, COM PAREDE NORMAL, BISEL TRIFACETADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA, CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	10.000
10	AGULHA HIPODÉRMICA 25X0.7, ESTÉRIL, COM PAREDE NORMAL, BISEL TRIFACETADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA, CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	10.000
11	AGULHA HIPODÉRMICA 25X0.8, ESTÉRIL, COM PAREDE NORMAL, BISEL TRIFACETADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA, CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	10.000
12	AGULHA HIPODÉRMICA 30X0.7, ESTÉRIL, COM PAREDE NORMAL, BISEL TRIFACETADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA, CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	5.000
13	AGULHA HIPODÉRMICA 30X0.8, ESTÉRIL, COM PAREDE NORMAL, BISEL TRIFACETADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA, CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	10.000
14	AGULHA HIPODÉRMICA 40X1.2, ESTÉRIL, COM PAREDE NORMAL, BISEL TRIFACETADO, ATÓXICA E APIROGÊNICA, CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	10.000
15	ÁLCOOL ETÍLICO 70% SOLUÇÃO, FRASCO 1L	FRASCO	12.000
16	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70º INPM, 500G.	FRASCO	2.000
17	ÁLCOOL IODADO 0,1% SOLUÇÃO, FRASCO 1L	FRASCO	5.000
18	ALGODÃO HIDROFÍLICO, ROLO 500G	PACOTE	5.000
19	APARELHO DE NEBULIZAÇÃO - ITENS INCLUSOS: 01 APARELHO COMPRESSOR, 02 ELÁSTICOS, 01 MÁSCARA ADULTO, 01 MÁSCARA INFANTIL, 01 CONJUNTO MICRONEBULIZADOR, 01 EXTENSÃO (MANGUEIRA), 03 FILTROS DE AR SOBRESSALENTES, 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES.	UNIDADE	50



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
20	APARELHO DE MEDIR PRESSÃO DIGITAL DE BRAÇO - Contém: 01 Aparelho Digital de Pressão Digital - 01 Braçadeira de Braço de 22 x 43 centímetros (circunferência de Braço) - 01 Manual de Instruções em português - 04 Pilhas AAA - 01 Estojo de nylon - 01 Caixa Original do Produto com selo do Inmetro e Certificado e Registrado na Anvisa.	UNIDADE	500
21	APARELHO DE ELETROESTIMULAÇÃO TENS, FES E RUSSA, contém um tamanho compacto, correntes TENS, FES e Russa, tem dois canais de saída.	UNIDADE	05
22	ATADURA DE CREPOM - 10 CM, 09 FIOS/CM2, ENROLADA, NÃO ESTÉRIL, ELÁSTICA, POROSA, TECIDO 90% ALGODÃO, 9% POLIÉSTER E 1% ELASTANO PACOTE C/12UNIDADES	PACOTE	1.000
23	ATADURA DE CREPOM - 15 CM, 09 FIOS/CM2, ENROLADA, NÃO ESTÉRIL, ELÁSTICA, POROSA, TECIDO 90% ALGODÃO, 9% POLIÉSTER E 1% ELASTANO PACOTE C/12UNIDADES	PACOTE	1.000
24	ATADURA DE CREPOM - 20 CM, 09 FIOS/CM2, ENROLADA, NÃO ESTÉRIL, ELÁSTICA, POROSA, TECIDO 90% ALGODÃO, 9% POLIÉSTER E 1% ELASTANO PACOTE C/12UNIDADES	PACOTE	1.000
25	AVENTAL DESCARTÁVEL (PACOTE C/10 UNIDADES)	PACOTE	2.000
26	BALANÇA DIGITAL CORPORAL - PLATAFORMA DE VIDRO TEMPERADO 0,6MM, EQUIPADO COM SENSOR DE ALTA PRECISÃO, TAMANHO: 30CM X 30CM, PESO EM LB OU KG, GRADUAÇÃO: 100G, VISOR LCD DE 25MM - 4 DÍGITOS, LIGA COM UM TOQUE NO VIDRO, ZERA AUTOMATICAMENTE, DESLIGA AUTOMATICAMENTE DENTRO DE 10 SEGUNDOS, INDICADOR DE BATERIA FRACA, FUNCIONA COM 1 BATERIA CR2032 (INCLUSA), PESO MÁXIMO RECOMENDADO (KG): 180KG.	UNIDADE	200
27	BANDEJA CLÍNICA - FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, 0,05MM DE ESPESSURA, SEPARAÇÃO E LIVRE DE REBARBAS. TAMANHO 22X12X1,5CM	UNIDADE	100
28	BANDEJA DE INOX LISA - RETANGULAR - TAMANHO 22X12X1,5CM	UNIDADE	100
29	BANDEJA DE INOX LISA - RETANGULAR - TAMANHO 42CM X 30 CM X 2 CM	UNIDADE	100
30	BANDEJA DE INOX LISA - RETANGULAR - TAMANHO 42X30X4,5CM	UNIDADE	100
31	BANDEJA DE INOX LISA - RETANGULAR - TAMANHO 30X20X4 CM- 1700ML	UNIDADE	100
32	BOLSA DE COLOSTOMIA OPACA 19/64MM - DRENÁVEL, RECORTÁVEL DE 19 À 64MM, COR OPACA. CAIXA COM 10 BOLSAS + 1 CLIPE DE FECHAMENTO	CAIXA	1.000



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
33	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO 2000 ML. ELA É TRANSPARENTE, GRADUADA, EM PVC, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO E TEM CAPACIDADE DE 2000ML. DESTINADA À COLETA DE URINA, POSSUI PINÇA CORTA FLUXO E VÁLVULA DE DRENAGEM INFERIOR, SACO DE ARMAZENAMENTO, TUBO DE ENTRADA, TUBO DE DESCARGA, CONECTOR, TAMPA DO CONECTOR E INTERRUPTOR DE DESCARGA.	UNIDADE	1.000
34	CABO DE BISTURI N.03, MATERIAL CONFECCIONADO EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL, TAMANHO 13 CM.	UNIDADE	100
35	CABO DE BISTURI N.04, MATERIAL CONFECCIONADO EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL, TAMANHO 13 CM.	UNIDADE	100
36	CUBA RIM INOX - TAMANHO 26 X 12 X 6 CM, PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	100
37	CUBA PARA ASSEPSIA - TAMANHO 10,5 X 4,5 CM, PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL.	UNIDADE	100
38	CUBA PARA ASSEPSIA - TAMANHO 8X3,6 CM, Produzido em aço inoxidável.	UNIDADE	100
39	CAMPO CIRÚRGICO SEM FENESTRADO, TAMANHO: 30 CM X 30 CM, brim pesado 100% algodão.	PACOTE	500
40	CAMPO CIRÚRGICO SEM FENESTRADO - TAMANHO: 40 CM X 40 CM, brim pesado 100% algodão	PACOTE	500
41	CAMPO CIRÚRGICO SEM FENESTRADO - TAMANHO: 50 CM X 50 CM. brim pesado 100% algodão	PACOTE	500
42	CAMPO CIRÚRGICO SEM FENESTRADO - TAMANHO: 60 CM X 60 CM. brim pesado 100% algodão	PACOTE	500
43	CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO 10CM, TAMANHO: 30 CM X 30 CM. brim pesado 100% algodão	PACOTE	500
44	CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO 10CM TAMANHO: 40 CM X 40 CM. brim pesado 100% algodão	PACOTE	500
45	CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO 10CM, TAMANHO: 50 CM X 50 CM. brim pesado 100% algodão	PACOTE	500
46	CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO 10CM, TAMANHO: 60 CM X 60 CM. brim pesado 100% algodão	PACOTE	500
47	CADEIRA DE RODAS DOBRÁVEL EM AÇO, SUPORTA ATÉ 120 KG; DOBRÁVEL COM SISTEMA EM DUPLO X EM AÇO CARBONO, DE FÁCIL TRANSPORTE; ENCOSTO REBATÍVEL (NÃO É RECLINÁVEL); SUPORTE DE BRAÇO ALMOFADADO; APOIOS DE BRAÇOS ESCAMOTEÁVEIS; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS INTEGRADO; SWING-AWAY: SISTEMA DE REMOÇÃO/REBATIMENTO RÁPIDO DOS APOIOS DE PERNA; SISTEMA QUICK-RELEASE: PERMITE A REMOÇÃO FÁCIL E RÁPIDA DAS RODAS; APOIO DE PÉS REMOVÍVEIS, REBATÍVEIS LATERALMENTE COM REGULAGEM DE ALTURA; ESTRUTURA TUBULAR ROBUSTA E RESISTENTE DE AÇO CARBONO;	UNIDADE	100



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	ALMOFADA COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE E COM CAPA DE NYLON; CINTO ABDOMINAL DE SEGURANÇA; CINTO COM TIRAS AUTOCOLANTES PARA APOIO DE PANTURRILHA; PORTA OBJETOS; POSSIBILIDADE DE COLOCAR APOIO DE PANTURRILHA RECLINÁVEL/AJUSTÁVEL DIMENSÕES DO PRODUTO: LARGURA: 66 CM COMPRIMENTO: 106 CM ALTURA: 95 CM; LARGURA INTERNA DO ASSENTO: 44 CM; DISTÂNCIA ENTRE O BRAÇO E O ASSENTO: 20 CM;		
48	CAIXA COLETORA DE PERFUROCORTANTES - 13L , CAIXA C/20UNIDADES	CAIXA	700
49	CAIXA COLETORA DE PERFUROCORTANTES - 20L , CAIXA C/20UNIDADES	CAIXA	700
50	CAIXA COLETORA DE PERFUROCORTANTES - 7L , CAIXA C/20UNIDADES	CAIXA	700
51	CATÉTER INTRAVENOSO 18GX32MM , CAIXA C/100 UNIDADES.	CAIXA	100
52	CATÉTER INTRAVENOSO 20GX32MM , CAIXA C/100 UNIDADES.	CAIXA	100
53	CATÉTER INTRAVENOSO 22GX25MM , CAIXA C/100 UNIDADES.	CAIXA	100
54	CATÉTER INTRAVENOSO 24GX19MM , CAIXA C/100 UNIDADES.	CAIXA	100
55	CLIP OU CLAMP PARA FECHAMENTO DE BOLSA DE COLOSTOMIA OU ILEOSTOMIA SISTEMA DRENÁVEL. LAVÁVEL, REUTILIZÁVEL, CLIPE RETO. PACOTE COM 05 UNIDADES.	PACOTE	200
56	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10ML.	AMPOLA	5.000
57	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 100ML.	FRASCO	3.000
58	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 250ML.	FRASCO	3.000
59	CLORETO DE SÓDIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO 500ML.	FRASCO	15.000
60	CLOREXIDINA, DIGLIONATO 2%, SOLUÇÃO USO TÓPICO, 1L.	FRASCO	400
61	COMPRESSA DE GAZE HIDROFÍLICA - 9 FIOS/CM ² , 8 CAMADAS, 5 DOBRAS DE COMPRESSA DE 7,5CM X 7,5CM, 15CM X 30CM (ABERTA) CORTADA E NÃO ESTÉRIL, PACOTE C/500UNIDADES	PACOTE	4.000
62	CURATIVO ESTÉRIL PÓS PUNÇÃO ADULTO, REDONDO COM 25MM DIÂMETRO. CAIXA C/500 UND.	CX	2.500
63	CURATIVO ESTÉRIL PÓS PUNÇÃO INFANTIL, REDONDO COM 25MM DIÂMETRO. CAIXA C/500 UND.	CX	2.500
64	EMBALAGEM TUBULAR PARA ESTERILIZAÇÃO 100MM X 100M	UNIDADE	3.000



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
65	EMBALAGEM TUBULAR PARA ESTERILIZAÇÃO 120MM X 100M	UNIDADE	3.000
66	EMBALAGEM TUBULAR PARA ESTERILIZAÇÃO 200MM X 100M	UNIDADE	3.000
67	ESCOVA PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAL CIRÚRGICO DE CERDAS ANTIMICROBIANAS EM AMBAS AS EXTREMIDADES- TAMANHO 18,2 CM, LARGURAS DA CEDA 3,5 CM.	UNIDADE	500
68	EQUIPO MACROGOTAS COMPLETO - COM INJETOR LATERAL, FILTRO DE PARTÍCULA, PONTA PERFURANTE, TAMPA PROTETORA, CÂMARA FLEXÍVEL GOTEJADORA EM MACROGOTAS, PINÇA ROLETE PARA DOSAGEM DE VOLUME, CONEXÃO LUER LOCK, TUBO DEM PVC, ATÓXICO E APIROGÊNICO, VÁLVULA DE AR E ESTÉRIL - PACOTE C/25 UNDS	PACOTE	2.000
69	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO, ROLO 10 CM X 4,4M	UNIDADE	2.000
70	ESPAÇADOR PARA MEDICAMENTOS EM AEROSOL ADULTO E INFANTIL , APRESENTAÇÃO COM DUAS MÁSCARAS: ADULTOS E INFANTIL , ENCAIXE UNIVERSAL PARA TODOS OS TIPOS DE DISPENSADORES DE AEROSOL, TUBO TOTALMENTE TRANSPARENTE PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO SPRAY TRATAMENTO ANTIESTÁTICO, PERMITINDO A INALAÇÃO TOTAL DA DOSE MINISTRADA MÁSCARAS MACIAS EM PVC, COM VEDAÇÃO TOTAL DO AMBIENTE EXTERNO VÁLVULA DUPLA, NO TUBO E NA MÁSCARA, GARANTINDO A RETENÇÃO MÁXIMA DO MEDICAMENTO MATERIAL 100% BPA FREE.	UNIDADE	2.000
71	ESTOJO AUTOCLAVÁVEL DE INOX PERFURADO. TAMANHO 28 X 14 X 06 CM	UNIDADE	100
72	FIO DE SUTURA NYLON 3-0 45CM - AG 3/8 30MM. MONOFILAMENTO PRETO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL. CAIXA C/24 UNIDADES	CAIXA	50
73	FIO DE SUTURA NYLON 4-0 45CM - AG 3/8 30MM. MONOFILAMENTO PRETO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL. CAIXA C/24 UNIDADES	CAIXA	50
74	FIO DE SUTURA SEDA 0 AG 3/8 - 75CM ESTÉRIL. CAIXA C/24 UNIDADES	CAIXA	30
75	FIO DE SUTURA SEDA 2-0 75CM - AG 3/8 30MM. TRANÇADA PRETA, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL. CAIXA C/24 UNIDADES	CAIXA	20
76	FITA CIRÚRGICA MICROPOROSA HIPOALERGENICA, ROLO, 5 CM X 4,5M	UNIDADE	500
77	FITA MÉTRICA TRENA PARA AVALIAÇÃO DE MEDIDA CORPORAL - ESTILO TRENA COM TRAVA, MEDIDA: 1,5M, MATERIAL LEVE E FLEXÍVEL.	UNIDADE	1.500
78	FITA PARA AUTOCLAVE TAMANHO 19MM X 30M.	UNIDADE	1.000



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
79	FIXADOR CITOLÓGICO – EMBALADO INDIVIDUALMENTE E COM VÁLVULA ATOMIZADORA (SISTEMA SPRAY), FRASCO 100ML	FRASCO	300
80	GAZES HIDROFÍLICA EM ROLO TIPO “QUEIJO” – 09 FIOS X CM2, 91MM X 91M (FECHADA), 60CM X 91M (ABERTA) – PACOTE C/ 1 UNIDADE	UNIDADE	10.000
81	GEL CONDUTOR INCOLOR PARA ULTRASSOM, GALÃO 5KG	GALÃO	100
82	GELO REUTILIZÁVEL – 1000 ML. FABRICADO EM GEL A BASE DE POLÍMERO NEUTRALIZANTE, ÁGUA E CONSERVANTES.	UND	200
83	GELO REUTILIZÁVEL – 350 ML. FABRICADO EM GEL A BASE DE POLÍMERO NEUTRALIZANTE, ÁGUA E CONSERVANTES.	UND	200
84	GELO REUTILIZÁVEL – 500 ML. FABRICADO EM GEL A BASE DE POLÍMERO NEUTRALIZANTE, ÁGUA E CONSERVANTES.	UND	200
85	GLICOSE 25%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10ML.	AMPOLA	10.000
86	GLICOSE 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 10ML.	AMPOLA	8.000
87	GLICOSE 50MG/ML (5%), SOLUÇÃO ISOTÔNICA INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 250ML	FRASCO	3.000
88	GLICOSE 50MG/ML (5%), SOLUÇÃO ISOTÔNICA INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 500ML	FRASCO	10.000
89	GORRO DESCARTÁVEL TAMANHO ÚNICO, COM TIRAS AJUSTÁVEIS, PACOTE C/100 UNIDADES.	PACOTE	1.000
90	GLUTARALDEÍDO 2,2%, GALÃO 5 LITROS.	GALÃO	500
91	HIPOCLORITO DE CÁLCIO 65% GRANULADO HIDRATADO, BALDE 10 KG. CARACTERÍSTICAS: ALTA CONCENTRAÇÃO DE ATIVO – 65 %; BAIXO RESIDUAL DE INSOLÚVEIS; NÃO CONTÉM SODA CAUSTICA. É FORMULADO À BASE DE HIPOCLORITO DE CÁLCIO COM ELEVADO GRAU DE PUREZA. ASPECTO: GRÂNULOS DE COLORAÇÃO BRANCA, DISPONÍVEL EM EMBALAGEM DE 10 KG.	BALDE	70
92	KIT PAPANICOLAU DESCARTÁVEL, ESTÉRIL E EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO – 01 ESPÉCULO VAGINAL TAMANHO P , 01 ESCOVA CERVICAL, 01 LUVA EVA, 01 ESPÁTULA MOD. AYRE, 01 ESTOJO PORTA LÂMINA DE PAPEL E 01 LÂMINA DE VIDRO. PACOTE C/100 UNIDADES	PACOTE	100
93	KIT PAPANICOLAU DESCARTÁVEL, ESTÉRIL E EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO – 01 ESPÉCULO VAGINAL TAMANHO M , 01 ESCOVA CERVICAL, 01 LUVA EVA, 01 ESPÁTULA MOD. AYRE, 01 ESTOJO PORTA LÂMINA DE PAPEL E 01 LÂMINA DE VIDRO. PACOTE C/100 UNIDADES	PACOTE	100
94	KIT PAPANICOLAU DESCARTÁVEL, ESTÉRIL E EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO – 01	PACOTE	100



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	ESPÉCULO VAGINAL TAMANHO G , 01 ESCOVA CERVICAL, 01 LUVA EVA, 01 ESPÁTULA MOD. AYRE, 01 ESTOJO PORTA LÂMINA DE PAPEL E 01 LÂMINA DE VIDRO. PACOTE C/100 UNIDADES		
95	KIT DE VENTOSA 17 COPOS, DIÂMETRO INTERNO APROXIMADO: COPO NÚMERO 1: 4,5CM; COPO NÚMERO 2: 3,8CM; COPO NÚMERO 3: 3,5CM; COPO NÚMERO 4: 3,0CM; COPO NÚMERO 5: 2,3CM. QUANTIDADE DE COPOS: COPO NÚMERO 1: 13 UNIDADES; COPO NÚMERO 2: 1 UNIDADE; COPO NÚMERO 3: 1 UNIDADE; COPO NÚMERO 4: 1 UNIDADE; COPO NÚMERO 5: 1 UNIDADE.	UNIDADES	4
96	LÂMINA DE BISTURI, AÇO CARBONO Nº 10 , CAIXA C/100 UNIDADES	CAIXA	50
97	LÂMINA DE BISTURI, AÇO CARBONO Nº 11 , CAIXA C/100 UNIDADES	CAIXA	50
98	LÂMINA DE BISTURI, AÇO CARBONO Nº 15 , CAIXA C/100 UNIDADES	CAIXA	50
99	LÂMINA DE BISTURI, AÇO CARBONO Nº 20 , CAIXA C/100 UNIDADES	CAIXA	50
100	LÂMINA DE BISTURI, AÇO CARBONO Nº 22 , CAIXA C/100 UNIDADES	CAIXA	50
101	LÂMINA DE BISTURI, AÇO CARBONO Nº 23 , CAIXA C/100 UNIDADES	CAIXA	50
102	LÂMINA DE BISTURI, AÇO CARBONO Nº 24 , CAIXA C/100 UNIDADES	CAIXA	50
103	LÂMINA PARA MICROSCÓPIO, FOSCA, CAIXA C/50UNIDADES.	CAIXA	3.000
104	LANCETA TRIFACETADA E SILICONADA, AGULHA 0.63MM (23G), DESCARTÁVEL, CAPA DE ESTERILIDADE, CORPO DO LANCETADOR E GATILHO COMPOSTO, SISTEMA DE PUNÇÃO DE USO ÚNICO, EMBALAGEM C/ 100 UNIDADES.	CAIXA	15.000
105	LENÇOL DE PAPEL – 70CMX50CM. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, NÃO ESTÉRIL E ABSORVENTE. CAIXA C/10 ROLOS	CAIXA	2.000
106	LASER DUO - LASERTERAPIA E TERAPIA FOTODINÂMICA COM PULSEIRA ILIB	UNIDADE	05
107	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 6.5 , CAIXA C/ 200 PARES	CAIXA	70
108	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7.0 , CAIXA C/ 200 PARES	CAIXA	70
109	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7.5 , CAIXA C/ 200 PARES	CAIXA	70
110	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8.0 , CAIXA C/ 200 PARES	CAIXA	70
111	LUVA DE PROCEDIMENTO, TAMANHO G, Possui punho com acabamento enrolado; Descartável e de uso único;	CAIXA	5.000



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	Ambidestra; Não estéril; Com pó, Material: látex de borracha 100% natural, CAIXA C/100 UNIDADES.		
112	LUVA DE PROCEDIMENTO, TAMANHO M, Possui punho com acabamento enrolado; Descartável e de uso único; Ambidestra; Não estéril; Com pó, Material: látex de borracha 100% natural, CAIXA C/100 UNIDADE.	CAIXA	10.000
113	LUVA DE PROCEDIMENTO, TAMANHO P, Possui punho com acabamento enrolado; Descartável e de uso único; Ambidestra; Não estéril; Com pó, Material: látex de borracha 100% natural, CAIXA C/100 UNIDADES.	CAIXA	10.000
114	LUVA DE PROCEDIMENTO, TAMANHO PP, Possui punho com acabamento enrolado; Descartável e de uso único; Ambidestra; Não estéril; Com pó, Material: látex de borracha 100% natural, CAIXA C/100 UNIDADES.	CAIXA	2.000
115	LUVA DE LATEX NITRILICO CANO LONGO, TAMANHO G, PACOTE C/ 2 UNIDADE.	PACOTE	500
116	LUVA DE LATEX NITRILICO CANO LONGO, TAMANHO M, PACOTE C/ 2 UNIDADE.	PACOTE	500
117	LUVA DE LATEX NITRILICO CANO LONGO, TAMANHO P, PACOTE C/ 2 UNIDADE.	PACOTE	500
118	LUVA DE LATEX NITRILICO CANO LONGO, TAMANHO PP, PACOTE C/ 2 UNIDADE.	PACOTE	500
119	MÁSCARA CIRÚRGICA TIPLA DESCARTAVEL C/ ELÁSTICO, CAIXA C/50 UNIDADES	CAIXA	4.000
120	MÁSCARA HOSPITALAR PFF2 (KN95). CAMADA EXTERNA EM NT PES (NÃO TECIDO A BASE DE POLIPROPILENO); ELEMENTO FILTRANTE, COMPOSTO POR MICROFIBRAS DE POLIPROPOLENO TRATADAS ELETROSTATICAMENTE COM A FINALIDADE DE RETENÇÃO DE PARTÍCULAS. POSSUI UM CLIPE NASAL E ELÁSTICO PARA AJUSTE NA ORELHA. ESPECIFICAÇÕES; EFICIÊNCIA MÍNIMA: 94%; PENETRAÇÃO MÁXIMA: 6% (94 % DE EFICIÊNCIA).	UNIDADE	500
121	MEDIDOR DE GLICOSE (GLICOSÍMETRO), TIPO ELETRÔNICO, PORTÁTIL, UNIDADE 6,00 COMPOSTO DE 01 MONITOR DIGITAL PARA LEITURA QUANTITATIVA DE GLICEMIA NA ESCALA DE 10 A 600MG /DL, MEMÓRIA MÍNIMA DE 100 RESULTADOS, TEMPO DE LEITURA MÁXIMO DE 20 SEGUNDOS, CARTÃO DE GARANTIA, 10 TIRAS REAGENTES, ESTOJO E MANUAL DE INST RUÇÕES. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	UNIDADE	200
122	ÓLEO DE IMERSÃO PARA MICROSCÓPIO, FRASCO DE 100ML.	FRASCO	100



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
123	OXÍMETRO DE DEDO PORTÁTIL, COM VISOR DE LED, DADOS DE SATURAÇÃO E FREQUÊNCIA CARDÍACA. ITENS INCLUSOS: 1 OXÍMETRO, 1 CORDÃO, PILHAS AA, 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES.	UNIDADE	100
124	OTOSCÓPIO LED FIBRA ÓPTICA PROFISSIONAL - Características: Leve e compacto. A iluminação Led proporciona luz brilhante, muito clara e duradoura. Transmissão de luz por FIBRA ÓPTICA. Lentes com ampla Visão para as janelas de exibição. Alimentação através de 2-Pilhas tamanho AA. Acessórios: Acompanha 10 espelhos sendo Adulto e Infantil (Esterilizáveis em autoclave ou solução). Cabo com acabamento liso e moderno. Acompanha Estojo Otoscópio para acondicionamento.	UNIDADE	30
125	LUVA NITRILICA ANTIMICROBIANA TAMANHO M - CAIXA COM 100UND. Fabricada com corante fotossensibilizador com ação antimicrobiana; levemente texturizada nas pontas dos dedos; possui eficiência bactericida e virucida; descartável e de uso único; ambidestra; não estéril; sem pó. Material: borracha sintética (nitrilo), Cor: azul violeta.	CAIXA	50
126	LUVA NITRILICA ANTIMICROBIANA TAMANHO G - CAIXA COM 100UND. Fabricada com corante fotossensibilizador com ação antimicrobiana; levemente texturizada nas pontas dos dedos; possui eficiência bactericida e virucida; descartável e de uso único; ambidestra; não estéril; sem pó. Material: borracha sintética (nitrilo), Cor: azul violeta.	CAIXA	50
127	PINÇA KOCHER RETA ABC 12 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
128	PINÇA KOCHER RETA ABC 14 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
129	PINÇA KOCHER RETA ABC 16 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
130	PINÇA KOCHER RETA ABC 18 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
131	PINÇA KOCHER CURVA ABC 12 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
132	PINÇA KOCHER CURVA ABC 14 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
133	PINÇA KOCHER CURVA ABC 16 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
134	PINÇA KOCHER CURVA ABC 18 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
135	PINÇA CRILE CURVA 14 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
136	PINÇA CRILE CURVA 16 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
137	PINÇA CRILE RETA 14 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
138	PINÇA CRILE RETA 16 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
139	PINÇA ROCHESTER CURVA 12 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
140	PINÇA ROCHESTER CURVA 14 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
141	PINÇA ROCHESTER CURVA 16CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
142	PINÇA ROCHESTER RETA 12CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
143	PINÇA ROCHESTER RETA 14CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
144	PINÇA ROCHESTER RETA 16CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
145	PINÇA ALLIS 15 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
146	PINÇA ADSON COM DENTE 12 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
147	PINÇA ADSON COM DENTE 15 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
148	PINÇA ADSON SEM DENTE 12 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
149	PINÇA ADSON SEM DENTE 15 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
150	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 12 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
151	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA 12 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
152	PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO 12 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
153	PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO 14 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
154	PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO 16 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
155	PINÇA ANATÔMICA DISSECÇÃO 12 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
156	PINÇA ANATÔMICA DISSECÇÃO 14 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
157	PINÇA ANATÔMICA DISSECÇÃO 20 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
158	PINÇA KELLY RETA 12 CM ABC, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
159	PINÇA KELLY RETA 14 CM ABC, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
160	PINÇA KELLY RETA 16 CM ABC, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
161	PINÇA KELLY CURVA 12 CM ABC, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
162	PINÇA KELLY CURVA 14 CM ABC, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
163	PINÇA KELLY CURVA 16 CM ABC, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
164	PINÇA PEAN 14 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
165	PINÇA PEAN 16 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
166	PINÇA TETACANULA 14 CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVÉL.	UNIDADE	50
167	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14 CM, Cabo tipo tesoura com cremalheira; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	UNIDADE	50
168	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 16 CM, Cabo tipo tesoura com cremalheira; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420.	UNIDADE	50
169	PORTA AGULHA ORTO. MATHIEU 14 CM, Fabricado em aço cirúrgico.	UNIDADE	50
170	PROTETOR SOLAR (FACE E CORPO) – FPS 60 (ADULTO) – FRASCO 220ML	FRASCO	2.000
171	PROPÉ - é confeccionada em tecido 100% polipropileno + fio recoberto, não estéril, hipoalergênico e atóxico, tem elásticos para facilitar a colocação e a permanência da mesma sob os calçados. Pacote com 100 unidades.	PACOTE	200
172	REPELENTE DE INSETOS (SPRAY) – ADULTO – FRASCO 200 ML	FRASCO	200
173	RINGER + LACTATO DE SÓDIO, INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, BOLSA 500ML	BOLSA	200
174	RINGER SIMPLES, SISTEMA FECHADO, FRASCO 500ML	FRASCO	1.000
175	SACO ESTÉRIL NASCO COM TIOSSULFATO DE SÓDIO 100ML COM TARJA DE IDENTIFICAÇÃO CAIXA COM 100 UNIDADES CAPACIDADE: 100ML TAMANHO: 3" W X 7-1/4" L (7.5X 18.5 CM) ESPESSURA: 2,5 MIL (.064MM)	CAIXA	50
176	SACO LEITOSO 100 LITROS, SACOS DE LIXO PLÁSTICOS (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES HOSPITALARES DESCARTADOS EM GERAL. NA COR	PACOTE	1.000



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	BRANCA, DE USO ÚNICO. CAPACIDADE 100 LITROS PACOTE C/ 100 UNIDADES. MATERIAL: POLIETILENO.		
177	SCALP DESCARTAVEL PARA INFUSÃO VENOSA, C/ DISPOSITIVO RETRÁTIL DE SEGURANÇA, TUBO EXTENSOR DE 30CM, CALIBRE, 19G , CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	300
178	SCALP DESCARTAVEL PARA INFUSÃO VENOSA, C/ DISPOSITIVO RETRÁTIL DE SEGURANÇA, TUBO EXTENSOR DE 30CM, CALIBRE, 21G , CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	500
179	SCALP DESCARTAVEL PARA INFUSÃO VENOSA, C/ DISPOSITIVO RETRÁTIL DE SEGURANÇA, TUBO EXTENSOR DE 30CM, CALIBRE, 23G , CAIXA C/ 100 UNIDADES.	CAIXA	1.000
180	SCALP DESCARTAVEL PARA INFUSÃO VENOSA, C/ DISPOSITIVO RETRÁTIL DE SEGURANÇA, TUBO EXTENSOR DE 30CM, CALIBRE, 25G , CAIXA C/ 100 UNIDADES.	CAIXA	1.000
181	SCALP DESCARTAVEL PARA INFUSÃO VENOSA, C/ DISPOSITIVO RETRÁTIL DE SEGURANÇA, TUBO EXTENSOR DE 30CM, CALIBRE, 27G , CAIXA C/ 100 UNIDADES	CAIXA	200
182	SERINGA DESCARTÁVEL - 10ML , EM POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, APIROGÊNICO, SEM AGULHA, COM ANEL DE RETENÇÃO, CORPO GRADUADO COM ESCALA EM ML, BEM-MARCADA E PRECISA, BICO CENTRAL SIMPLES' COM CONEXÃO SEGURA, EMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO EXATA DA SERINGA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, COM ABERTURA EM PÉTALA, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, LOTE, RG NO MS. CAIXA C/ 250 UNIDADES	CAIXA	3.000
183	SERINGA DESCARTÁVEL - 1ML C/AGULHA HIPODÉRMICA 13X0.45 , EM POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, APIROGÊNICO, SEM AGULHA, COM ANEL DE RETENÇÃO, CORPO GRADUADO COM ESCALA EM ML, BEM-MARCADA E PRECISA, BICO CENTRAL SIMPLES COM CONEXÃO SEGURA, EMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO EXATA DA SERINGA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, COM ABERTURA EM PÉTALA, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, LOTE, RG NO MS. CAIXA C/ 250 UNIDADES	CAIXA	2.000
184	SERINGA DESCARTÁVEL - 20ML , EM POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, APIROGÊNICO, SEM AGULHA, COM ANEL DE RETENÇÃO, CORPO	CAIXA	1.000



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	GRADUADO COM ESCALA EM ML, BEM-MARCADA E PRECISA, BICO CENTRAL SIMPLES' COM CONEXÃO SEGURA, EMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO EXATA DA SERINGA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, COM ABERTURA EM PÉTALA, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, LOTE, RG NO MS. CAIXA C/ 250 UNIDADES		
185	SERINGA DESCARTÁVEL - 3ML C/AGULHA HIPODÉRMICA 20X0,55 , EM POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, APIROGÊNICO, SEM AGULHA, COM ANEL DE RETENÇÃO, CORPO GRADUADO COM ESCALA EM ML, BEM-MARCADA E PRECISA, BICO CENTRAL SIMPLES' COM CONEXÃO SEGURA, EMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO EXATA DA SERINGA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, COM ABERTURA EM PÉTALA, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, LOTE, RG NO MS. CAIXA C/ 250 UNIDADES	CAIXA	1.000
186	SERINGA DESCARTÁVEL - 3ML C/AGULHA HIPODÉRMICA 25X0.6 , EM POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, APIROGÊNICO, SEM AGULHA, COM ANEL DE RETENÇÃO, CORPO GRADUADO COM ESCALA EM ML, BEM-MARCADA E PRECISA, BICO CENTRAL SIMPLES' COM CONEXÃO SEGURA, EMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO EXATA DA SERINGA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, COM ABERTURA EM PÉTALA, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, LOTE, RG NO MS. CAIXA C/ 250 UNIDADES	CAIXA	1.000
187	SERINGA DESCARTÁVEL - 3ML , EM POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, APIROGÊNICO, SEM AGULHA, COM ANEL DE RETENÇÃO, CORPO GRADUADO COM ESCALA EM ML, BEM-MARCADA E PRECISA, BICO CENTRAL SIMPLES' COM CONEXÃO SEGURA, EMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO EXATA DA SERINGA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, COM ABERTURA EM PÉTALA, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, LOTE, RG NO MS. CAIXA C/ 250 UNIDADES	CAIXA	1.000
188	SERINGA DESCARTÁVEL - 5ML , EM POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, APIROGÊNICO, SEM AGULHA, COM ANEL DE RETENÇÃO, CORPO	CAIXA	1.000



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	GRADUADO COM ESCALA EM ML, BEM-MARCADA E PRECISA, BICO CENTRAL SIMPLES' COM CONEXÃO SEGURA, EMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, COM ADAPTAÇÃO EXATA DA SERINGA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E/OU FILME TERMOPLÁSTICO, COM ABERTURA EM PÉTALA, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, LOTE, RG NO MS. CAIXA C/ 500 UNIDADES		
189	SOLUÇÃO GLICOFISIOLÓGICA 1:1, INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, BOLSA 500ML	BOLSA	1.000
190	SUBSTRATO CROMOGÊNICO PARA DETECÇÃO DE COLIFORMES COLILERT® COLILERT® - SUBSTRATO CROMOGÊNICO DEFINIDO ONPG-MUG, COM RESULTADOS CONFIRMATIVOS PARA PRESENÇA DE COLIFORMES TOTAIS E E. COLI EM 24 HORAS PELO DESENVOLVIMENTO DE COLORAÇÃO AMARELA E OBSERVAÇÃO DE FLUORESCÊNCIA, SEM NECESSIDADE DA ADIÇÃO DE OUTROS REAGENTES PARA CONFIRMAÇÃO. QUANTIDADE DE AMOSTRA: CONTEÚDO SUFICIENTE PARA 100 ML APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 200 UNIDADES	CAIXAS	30
191	SULFATO DE ALUMÍNIO ISENTO DE FERRO PACOTE 2 KG. Estado físico: Sólido granulado ou refinado Cor: Branco a perolado Odor: inodoro Alumínio (como Al ₂ O ₃): 15 – 17 % Ferro (como Fe ₂ O ₃): 0 – 0,4 % Acidez livre (como ácido sulfúrico): 0 – 0,5 % Alcalinidade livre (como Al ₂ O ₃): 0 – 0,4 % Resíduo insolúvel em água: 0 – 5,0 %	PACOTE	200
192	TUBO DE LÁTEX GARROTE SORO Nº 200 – 15 METROS, Composição: 100% Látex Natural, Acondicionado em embalagem especial, Liso e não estéril.	UNIDADE	500
193	TUBO DE LÁTEX GARROTE SORO Nº 205 – 15 METROS, Composição: 100% Látex Natural, Acondicionado em embalagem especial, Liso e não estéril.	UNIDADE	500
194	SONDA URETAL 08mm, Características da Sonda confeccionada em PVC (policloreto de vinil), comprimento de 40 cm cada unidade, transparente, flexível, atóxico, esterilizado pelo processo de óxido de etileno, embalado em P.G.C.	UNIDADE	500
195	SONDA URETAL 10mm, Características da Sonda confeccionada em PVC (policloreto de vinil), comprimento de 40 cm cada unidade, transparente, flexível, atóxico, esterilizado pelo processo de óxido de etileno, embalado em P.G.C.	UNIDADE	500



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
196	SONDA URETAL 14mm, Características da Sonda confeccionada em PVC (policloreto de vinil), comprimento de 40 cm cada unidade, transparente, flexível, atóxico, esterilizado pelo processo de óxido de etileno, embalado em P.G.C.	UNIDADE	1.000
197	SONDA URETAL 16mm, Características da Sonda confeccionada em PVC (policloreto de vinil), comprimento de 40 cm cada unidade, transparente, flexível, atóxico, esterilizado pelo processo de óxido de etileno, embalado em P.G.C.	UNIDADE	1.000
198	SONDA URETAL 18mm, Características da Sonda confeccionada em PVC (policloreto de vinil), comprimento de 40 cm cada unidade, transparente, flexível, atóxico, esterilizado pelo processo de óxido de etileno, embalado em P.G.C.	UNIDADE	1.000
199	SONDA URETAL 20mm, Características da Sonda confeccionada em PVC (policloreto de vinil), comprimento de 40 cm cada unidade, transparente, flexível, atóxico, esterilizado pelo processo de óxido de etileno, embalado em P.G.C.no lado distal do tubo, Diâmetro Externo: 6,7mm, Comprimento: 400mm.	UNIDADE	1.000
200	SONDA DE FOLLEY COM 2 VIAS 30CC Nº 14 - COMPOSIÇÃO FABRICADA EM LÁTEX, SILICONIZADA, PROPORCIONANDO UMA SUPERFÍCIE EXTREMAMENTE LISA. CARACTERÍSTICAS: DISPOSITIVO QUE SE ACOPLA A BOLSA COLETORA DE URINA DE SISTEMA FECHADO. CONECTOR UNIVERSAL DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE URINA. BALÃO SIMÉTRICO, FINO E RESISTENTE AO VOLUME PROPOSTO. ORIFÍCIOS ADEQUADOS COM PONTA ATRAUMÁTICA. VÁLVULA DE FÁCIL MANIPULAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL, ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. PRODUZIDO COM MATERIAL ATÓXICO E NÃO-PIROGÊNICO. PRODUTO DE USO ÚNICO.	UNIDADE	300



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
201	SONDA DE FOLLEY COM 2 VIAS 30CC Nº 16 - COMPOSIÇÃO FABRICADA EM LÁTEX, SILICONIZADA, PROPORCIONANDO UMA SUPERFÍCIE EXTREMAMENTE LISA. CARACTERÍSTICAS: DISPOSITIVO QUE SE ACOPLA A BOLSA COLETORA DE URINA DE SISTEMA FECHADO. CONECTOR UNIVERSAL DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE URINA. BALÃO SIMÉTRICO, FINO E RESISTENTE AO VOLUME PROPOSTO. ORIFÍCIOS ADEQUADOS COM PONTA ATRAUMÁTICA. VÁLVULA DE FÁCIL MANIPULAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL, ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. PRODUZIDO COM MATERIAL ATÓXICO E NÃO-PIROGÊNICO. PRODUTO DE USO ÚNICO.	UNIDADE	500
202	SONDA DE FOLLEY COM 2 VIAS 30CC Nº 18 - COMPOSIÇÃO FABRICADA EM LÁTEX, SILICONIZADA, PROPORCIONANDO UMA SUPERFÍCIE EXTREMAMENTE LISA. CARACTERÍSTICAS: DISPOSITIVO QUE SE ACOPLA A BOLSA COLETORA DE URINA DE SISTEMA FECHADO. CONECTOR UNIVERSAL DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE URINA. BALÃO SIMÉTRICO, FINO E RESISTENTE AO VOLUME PROPOSTO. ORIFÍCIOS ADEQUADOS COM PONTA ATRAUMÁTICA. VÁLVULA DE FÁCIL MANIPULAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL, ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. PRODUZIDO COM MATERIAL ATÓXICO E NÃO-PIROGÊNICO. PRODUTO DE USO ÚNICO.	UNIDADE	1.000
203	SONDA DE FOLLEY COM 2 VIAS 30CC Nº 20 - COMPOSIÇÃO FABRICADA EM LÁTEX, SILICONIZADA, PROPORCIONANDO UMA SUPERFÍCIE EXTREMAMENTE LISA. CARACTERÍSTICAS: DISPOSITIVO QUE SE ACOPLA A BOLSA COLETORA DE URINA DE SISTEMA FECHADO. CONECTOR UNIVERSAL DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE URINA. BALÃO SIMÉTRICO, FINO E RESISTENTE AO VOLUME PROPOSTO. ORIFÍCIOS ADEQUADOS COM PONTA ATRAUMÁTICA. VÁLVULA DE FÁCIL MANIPULAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL, ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. PRODUZIDO COM MATERIAL ATÓXICO E NÃO-PIROGÊNICO. PRODUTO DE USO ÚNICO.	UNIDADE	1.000



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
204	SONDA DE FOLLEY COM 2 VIAS 30CC Nº 22 - COMPOSIÇÃO FABRICADA EM LÁTEX, SILICONIZADA, PROPORCIONANDO UMA SUPERFÍCIE EXTREMAMENTE LISA. CARACTERÍSTICAS: DISPOSITIVO QUE SE ACOPLA A BOLSA COLETORA DE URINA DE SISTEMA FECHADO. CONECTOR UNIVERSAL DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE URINA. BALÃO SIMÉTRICO, FINO E RESISTENTE AO VOLUME PROPOSTO. ORIFÍCIOS ADEQUADOS COM PONTA ATRAUMÁTICA. VÁLVULA DE FÁCIL MANIPULAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL, ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO. PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO. PRODUZIDO COM MATERIAL ATÓXICO E NÃO-PIROGÊNICO. PRODUTO DE USO ÚNICO.	UNIDADE	1.000
205	TESOURA CIRÚRGICA AÇO INOX – PONTA CURVA FINA 15 CM	UNIDADE	50
206	TESOURA CIRÚRGICA AÇO INOX – PONTA CURVA FINA 17 CM	UNIDADE	50
207	TESOURA CIRÚRGICA AÇO INOX – PONTA RETA FINA 15 CM	UNIDADE	50
208	TESOURA CIRÚRGICA AÇO INOX – PONTA RETA FINA 17 CM	UNIDADE	50
209	TESOURA CIRÚRGICA AÇO INOX – PONTA RETA ROMBA 15 CM	UNIDADE	50
210	TESOURA CIRÚRGICA AÇO INOX – PONTA RETA ROMBA 17 CM	UNIDADE	50
211	TESOURA CIRÚRGICA AÇO INOX – PONTA CURVA ROMBA 17 CM	UNIDADE	50
212	TESOURA PONTA ROMBA EDC APH SAMU RESGATE SOCORRISTA BOMBEIRO 14,5 cm	UNIDADE	50
213	TESOURA STEVENS - PONTA RETA FINA 11 CM	UNIDADE	50
214	TESOURA IRIS RETA PONTA FINA 12 CM	UNIDADE	50
215	TESOURA IRIS RETA PONTA FINA 14 CM	UNIDADE	50
216	TESOURA IRIS RETA PONTA FINA 16 CM	UNIDADE	50
217	TESOURA IRIS RETA PONTA ROMBA 12 CM	UNIDADE	50
218	TESOURA IRIS RETA PONTA ROMBA 14 CM	UNIDADE	50
219	TESOURA IRIS RETA PONTA ROMBA 16 CM	UNIDADE	50
220	TESOURA IRIS CURVA PONTA FINA 12 CM	UNIDADE	50
221	TESOURA IRIS CURVA PONTA FINA 14 CM	UNIDADE	50
222	TESOURA IRIS CURVA PONTA FINA 16 CM	UNIDADE	50
223	TESOURA IRIS CURVA PONTA ROMBA 12 CM	UNIDADE	50
224	TESOURA IRIS CURVA PONTA ROMBA 14 CM	UNIDADE	50
225	TESOURA IRIS CURVA PONTA ROMBA 16 CM	UNIDADE	50



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
226	TESOURA DE METZEMBAUSE RETA 15 CM	UNIDADE	50
227	TESOURA DE METZEMBAUSE RETA 20 CM	UNIDADE	50
228	TESOURA MAYO CURVA 15 CM	UNIDADE	50
229	TESOURA MAYO RETA 15 CM	UNIDADE	50
230	TESOURA MAYO RETA 17 CM	UNIDADE	50
231	TERMÔMETRO CLÍNICO - DIGITAL - VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO - INCLUI ESTOJO DE PROTEÇÃO	UNIDADE	500
232	TERMÔMETRO DIGITAL - TEMPERATURA INTERNA/EXTERNA, COM FAIXA DE TEMPERATURA INTERNA DE -20°C ~ +70°C E EXTERNA DE -50°C ~ +70°C, CONFECCIONADO EM MATERIAL PLÁSTICO, COM COMPRIMENTO DE CABO DE ± 2,3M E ALIMENTADO POR PILHA TIPO AAA.	UND	150
233	TERMÔMETRO INFRAVERMELHO - CORPORAL. MATERIAL: ABS; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 2 X PILHAS AAA (NÃO INCLUÍDAS); TAMANHO DA EMBALAGEM: (L) X (L) X (A) 195X115X53 (MM); EXIBIR DÍGITOS PRECISOS: ± 0,2; HUMIDADE RELATIVA: =80%; MODO DE MEDIÇÃO DA TEMPERATURA DO CORPO HUMANO: 32,0 - 42,5 (89 ° F-109,22 ° F); POSIÇÃO DE MEDIÇÃO: CENTRO DA TESTA; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO: CERCA DE 15 SEGUNDOS; CONJUNTO DE DISPOSITIVOS GRAUS CELSIUS COMO PADRÃO, SIGA AS INSTRUÇÕES PARA DEFINIR O GRAU FAHRENHEIT MANUALMENTE	UND	20
234	TERMÔMETRO LASER DIGITAL INDUSTRIAL INFRAVERMELHO PARA MEDIÇÕES DE 50 ° A 500°. DISTÂNCIA RAZÃO DO PONTO: 12:1; SELEÇÃO EM TEMPERATURA CELSIUS / FAHRENHEIT; TEMPO DE RESPOSTA E DE COMPRIMENTO DE ONDA: 500MS; FAIXA DE TEMPERATURA: -50°C A 380°C (-58°F A 716°F); RESOLUÇÃO: 0.1 C/F; EMISSIVIDADE: REGULÁVEL; REPETIBILIDADE: 1%; TEMPO DE RESPOSTA: 500MS; ALIMENTAÇÃO: PILHAS AAA; VIDA ÚTIL DA BATERIA: USO CONTÍNUO DE 168 A 240 HORAS; FUNÇÃO ARMAZENAMENTO DE DADOS; DIMENSÕES: 14,5 X 3 CM	UND	20
235	TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ - ITENS INCLUSOS: 1 TUBO PARA COLETA, 1 TIRA REAGENTE E 1 FOLHETO EXPLICATIVO	UNIDADE	10.000
236	TIRA TESTE/ FITA REAGENTE, P/ DOSAGEM DE GLICEMIA DE SANGUE CAPILAR, PARA USO EM GLICOSÍMETRO, FAIXA DE LEITURA ENTRE 10 E 600 MG/DL, CAPAC. DE TRANSFERÊNCIA DOS DADOS PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DADOS	CAIXA	10.000



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	GLICÊMICOS, CAIXA C/50 UNIDADES (MESMA ESPECIFICAÇÃO DO MEDIDOR)		
237	TUBO DE ENSAIO PLÁSTICO 15MM - 15ML. FABRICADO EM POLIPROPILENO COR: TRANSPARENTE TAMANHO: CERCA DE 8.20X1.50X1.50CM/3.22X0.59X0.59IN, MATERIAL COM DESEMPENHO ESTÁVEL. PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	50
238	TUBOS DE ENSAIO PLÁSTICO COM TAMPA - 5ML (12X75MM). PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	50

Ana Claudia Pimentel Costa
Secretária Municipal de Saúde - SEMSA
Decreto nº 477/2019-PMPBA

Maiara da Fonseca Souza
Coordenadora da Central de Abastecimento Farmacêutica- CAF/SEMSA/PMPBA
Farmacêutica/CRF nº 1006/AP

Equipe de Planejamento
Claudenir Vieira de Souza
Rickson Orion Freitas de Souza
Portaria 012/2024-SEMSA/PMPBA



ANEXO III

MAPA DE RISCOS			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0514/2024-SEMSA/PMPBA			
1. OBJETO:			
AQUISIÇÃO DE INSUMOS E CORRELATOS, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Branca do Amapari/AP.			
2. RISCO(S):			
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor:			
1 - Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Mapa de Risco (MR) e Termo de Referência (PB) deficientes ou inconsistentes;			
2 - Risco de Licitação deserta (nenhum participante) ou fracassada (nenhuma proposta válida);			
3 - Ausência de recursos orçamentários ou financeiros;			
4 - Baixa qualificação técnica dos profissionais da empresa para execução do contrato.			
3. PROBABILIDADE:		4. IMPACTO:	
x	Baixa	x	Baixo
	Média		Médio
	Alta		Alto
5. DANO(S):			
Impugnações, licitação fracassada ou sobrepreço inviabilizando a aquisição do material e não atendimento no prazo, com impactos às atividades finalísticas do órgão, limitação ou frustração da competição. Além de causar alguns transtornos à Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Branca do Amapari/AP.			
6. AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
- Verificar e adequar a especificação do material, de acordo com a especificação usual do Mercado e/ou CATMAT. - Evitar, de forma injustificada, o direcionamento de marca. - Assegurar que a especificação não contenha informações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias.		Setor Requisitante/Equipe de Planejamento	
7. AÇÃO CONTIGENCIAL		RESPONSÁVEL	
- Discutir com a área requisitante e a Comissão de Licitações e Contratos as medidas mitigatórias.		Equipe de Planejamento	

Pedra Branca do Amapari/AP, 12 de novembro de 2024.

Equipe de Planejamento
Claudenir Vieira de Souza
Rickson Orion Freitas de Souza
Portaria 012/2024-SEMSA/PMPBA

Maiara da Fonseca Souza
Coordenadora da Central de Abastecimento Farmacêutica- CAF/SEMSA/PMPBA
Farmacêutica/CRF nº 1006/AP



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

Contrato n. /20..... objetivando a **aquisição de**
..... que entre si celebram o, por
meio da e a empresa

O, por meio da, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n., estabelecida no, nesta Capital, neste ato representada pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria/Resolução nº, de de de 20..., publicada no *DOM* de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº*, *sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente Contrato é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E CORRELATOS, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Branca do Amapari, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços, anexos do Edital.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Documentação de Habilitação e Proposta de Preços do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO (ART. 92, III)

2.1. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 049/2024 de 24 de janeiro de 2024.

2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições



contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE FORNECIMENTO (ART. 92, IV)

3.1. O serviço deverá ser executado PARCELADA, COM O APONTAMENTO DAS DATAS, OU CONFORME DEMANDA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICA-CAF/SEMSA/PMPBA.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de assinatura do contrato, devendo ser observada a existência de créditos orçamentários, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E REAJUSTE (ART. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (ART. 92, V)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos nos itens 15 e 16 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (ART. 92, VIII)

7.1. As despesas decorrentes da aquisição correrão à conta do Fundo Municipal de Saúde.

7.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

8.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

9.1 São obrigações do Contratante:

9.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;

9.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência



9.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado, corrigido ou refeito, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não deve ser interrompida, ressalvados os casos de força maior justificados e aceitos pelo Contratante.

9.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

9.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;

9.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis

9.1.11 Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2 Com relação à obrigação delineada no subitem 9.1.9 deste termo de referência, a Administração terá o prazo de 10 (dez), a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

10.1 São obrigações da contratada

10.1.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços e bens [quando for o caso] nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.4 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.6 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.9 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.1.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.11 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das exigências deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.14 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.1.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.18 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.



10.2 Com relação à obrigação delineada no subitem 10.1.9 deste contrato, a comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES, ACRESCIMOS E SUPRESSÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

14.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado os dispostos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

15.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

15.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

15.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

15.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari, responsabilizando-se a



CONTRATADA pela obtenção e gestão.

15.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari está exposto.

15.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

15.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis. **15.5.** A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documentos que devem estar disponíveis em caráter permanente para exibição a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari, mediante solicitação.

15.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

15.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

15.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

15.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

15.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde da



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

15.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari para as finalidades pretendidas neste contrato.

15.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari.

15.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no site da Prefeitura de Pedra Branca do Amapari – AP na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO E DA CONCILIAÇÃO (ART. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pedra Branca do Amapari – AP, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O(A) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS com sede no(a),
....., PEDRA BRANCA DO AMAPARI – AP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º
....., neste ato representado(a) pelo(a) Senhora:,
nomeado(a) pela Dec n.º/....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão,
na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º/2024., publicada no de/...../202.....,
processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e
qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s)
cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação XXXXXX, sujeitando-se as partes às
normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de
2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS E CORRELATOS, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pedra Branca do Amapari, especificado no Termo de Referência, anexo ao *Pregão Eletrônico n.º xxxx/2024* que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
X		Marca	Modelo	de	Un	Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.



4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no site da Prefeitura de Pedra Branca do Amapari/AP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no site da Prefeitura de Pedra Branca do Amapari e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca</i> (<i>se exigida no edital</i>)	<i>Modelo</i> (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo</i> <i>garantia ou validade</i>

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca</i> (<i>se exigida no edital</i>)	<i>Modelo</i> (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	<i>Prazo</i> <i>garantia ou validade</i>



ANEXO VI – DECLARAÇÕES ÚNICA

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. Até a presente data encontra-se desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme Lei nº 14.133/21.
2. Declaro que tenho pleno conhecimento e atendo a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital, nos termos da Lei 14.133/21
3. Aceitamos as condições estipuladas neste edital, ressalvada a hipótese de impugnação;
4. Que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que a licitante concorda e se submete a todos os termos, normas e especificações pertinentes ao Edital, bem como, às Leis, Decretos, Portarias e Resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.
5. Que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
6. Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- 6.1 Ficam legalmente dispensadas de apresentar Declaração de Cumprimento da Cota Aprendizagem -DCCA as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP
7. Que não constam em nossos quadros societários colaboradores do (a) órgão promotor do pregão eletrônico que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;
8. Que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento.
9. Que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, esta licitante cumpre todos os requisitos legais previstos para a qualificação como (Microempresa / Microempreendedor Individual / Empresa de Pequeno Porte / Sociedade Cooperativa de Consumo), estando aptos a usufruirmos do tratamento diferenciado, não nos enquadrando em nenhuma das vedações previstas no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto Federal nº 8.538/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores;
10. Que todos os documentos e informações prestadas são fiéis e verdadeiras;



ESTADO DO AMAPÁ
Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari
Palácio Altino Vieira Soares
CNPJ (MF) 34.925.131/0001-00
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



11. Que estamos plenamente cientes do teor e das implicações jurídicas sobre as declarações acima emitidas e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la. Por ser a expressão da verdade e de nossa livre vontade, firmamos a presente para os fins de direito a que se destina.